



302
07

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO

AGRAVO REGIMENTAL EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 0307170-1

AGRAVANTE: Renata fabris Paulin

Advogado: Dr. Nelson José Andrade Dias

AGRAVADO: Prefeito da Cidade do Recife

RELATOR: Des. José Ivo de Paula Guimarães

EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL EM MANDADO DE SEGURANÇA. NOMEAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO DENTRO DO NÚMERO DE VAGAS SOB O ARGUMENTO DE CONTRATAÇÃO IRREGULAR DE SERVIDORES TEMPORÁRIOS. RESERVAR A VAGA. ÚNICA PROVIDÊNCIA EM RAZÃO DO MOMENTO PROCESSUAL. AUSENTES OS REQUISITOS NECESSÁRIOS A MEDIDA PERSEGUIDA. INTERPOSIÇÃO IMPROVIDA. DECISÃO UNÂNIME.

1 - Como dito por ocasião da decisão interlocutória proferida às fls. 266/267, analisando perfunctoriamente a situação posta, entendi merecer albergue a pretensão da impetrante/agravante, visto que as alegações trazidas, a documentação acostada e, ainda, o silêncio do Secretário de Saúde no que diz respeito às informações solicitadas concernentes às contratações precárias, demonstram que realmente a candidata classificada em 1º lugar no certame, ao que parece, possui direito subjetivo à nomeação, observando-se (por óbvio) o prazo de validade do concurso.

2 - A decisão interlocutória fora tomada num juízo de cognição sumária - única permitida para aquele momento processual. Determinar a nomeação da agravante implicaria o esgotamento do objeto da demanda, contrariando dos ditames processuais vigentes.

- 3 - Agravo Regimental Improvido.
4 - Decisão Unânime.

303
[Handwritten signature]

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Agravo Regimental nº 0307170-1, em que figura como agravante Renata Fabris Paulin e como agravado Prefeito da Cidade do Recife. Acordam os Desembargadores que integram o Grupo de Câmaras de Direito Público do Tribunal de Justiça de Pernambuco, pela sessão de julgamento realizada no dia 23 / 07 / 2013 à unanimidade de votos, em conhecerem do recurso acima descrito, para negarem provimento ao mesmo, tudo na conformidade dos votos e do Relatório proferidos neste julgamento.

Recife, 23/07/2013.

Des. José Ivo de Paula Guimarães - relator





304
Caf

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO

AGRAVO REGIMENTAL EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 0307170-1
AGRAVANTE: Renata fabris Paulin
Advogado: Dr. Nelson José Andrade Dias
AGRAVADO: Prefeito da Cidade do Recife
RELATOR: Des. José Ivo de Paula Guimarães

RELATÓRIO

Trata-se de agravo regimental interposto contra decisão interlocutória que, nos autos do mandado de segurança, deferiu parcialmente a liminar requerida, no sentido de determinar a reserva da vaga da impetrante no cargo em questão, até ulterior decisão de mérito.

A agravante interpôs o presente recurso, alegando – resumidamente – em suas razões, que:

1. Se tem demonstrado nos autos e devidamente comprovados é a existência de irregularidades e a precariedade nas contratações em debate, acarretando, sem qualquer dúvidas, o rompimento aos princípios constitucionais;
2. É de se questionar, na essência, o ato praticado pelo agravado, pois é irrefutável e inquestionável que a ausência de boa-fé pode se caracterizar não apenas pelo ato em si, mas sim pela omissão à nomeação de profissionais aprovados em concurso público capazes de ocupar os postos de trabalho em predileção à ocupação por profissionais contratados de maneira precária e irregular;
3. É inegável que a abertura de concursos públicos gera nos candidatos a legítima expectativa de investidura no cargo e, uma vez reconhecida a necessidade de contratação, como é o caso, não há razões para imaginar o contrário;
4. Depois de intensos debates, as Cortes Superiores, alinhando seus entendimentos, pacificou o posicionamento de que a expectativa de direito se convola em direito líquido e certo a partir do momento em que, dentro do prazo de validade do concurso, há contratação de pessoal, de forma precária, para preenchimento de vagas existentes, em flagrante preterição

305
Cey

aqueles que, aprovados em concurso ainda válido, estariam aptos a ocupar o mesmo cargo ou função;

5. É indubitável acreditar que o *fumus boni iuris* se encontra presente no caso em tela, impendendo destacar, ainda, que as alegações trazidas no *writ* encontram lastro na vasta prova documental acostada;
6. No que se refere ao risco de dano irreparável ou de difícil reparação, o panorama de ilegalidade e precariedade sobre o qual é regida a contratação dos servidores que atualmente ocupam os postos de trabalho de candidatos aprovados em concurso público regular, vigente e homologado, inevitavelmente indicam necessidade de providência imediata, que em nada interferirá no mérito, haja vista a possibilidade de reversão da medida.

É o relatório.

Recife, 23/07/2013

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator



306
Of

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO

AGRAVO REGIMENTAL EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 0307170-1

AGRAVANTE: Renata fabris Paulin

Advogado: Dr. Nelson José Andrade Dias

AGRAVADO: Prefeito da Cidade do Recife

RELATOR: Des. José Ivo de Paula Guimarães

VOTO

O inconformismo da agravante reside contra decisão interlocutória que, nos autos do mandado de segurança, deferiu parcialmente a liminar requerida, no sentido de determinar a reserva da vaga da impetrante no cargo em questão, até ulterior decisão de mérito.

Tratando-se de agravo regimental que tem por objetivo a reforma de decisão interlocutória proferida em sede de agravo de instrumento, tenho que a presente via subsume-se à análise reiterada da presença ou não dos dois requisitos necessários à concessão da medida, quais sejam, a fumaça do bom direito e o perigo da demora.

Como dito por ocasião da decisão interlocutória proferida às fls. 266/267, analisando perfunctoriamente a situação posta, entendi merecer albergue a pretensão da impetrante/agravante, visto que as alegações trazidas, a documentação acostada e, ainda, o silêncio do Secretário de Saúde no que diz respeito às informações solicitadas concernentes às contratações precárias, demonstram que realmente a candidata classificada em 1º lugar no certame, ao que parece, possui direito subjetivo à nomeação, observando-se (por óbvio) o prazo de validade do concurso.

Este direito, embora legítimo, não pode ver o seu cumprimento determinado de imediato, pois, além do risco de irreversibilidade ser latente, o direito subjetivo da candidata está atrelado ao prazo de validade do concurso. O fato de supostamente haver alguém ("servidor") em situação irregular na Administração Pública, demonstra a necessidade de anulação do ato que permitiu essa situação e não necessariamente a nomeação de quem se

307
05

encontra na lista de aprovados do certame. A situação poderia ser diferente se o prazo de validade do certame tive expirado, o que não é o caso do autos. A agravante – ao que parece – possui direito subjetivo à nomeação, mas dentro do prazo de validade do certame público, ainda que aprovada dentro do número de vagas.

Ademais, a decisão interlocutória fora tomada num juízo de cognição sumária – única permitida para aquele momento processual. Determinar a nomeação da agravante implicaria o esgotamento do objeto da demanda, contrariando dos ditames processuais vigentes.

Assim, em face do exposto, voto no sentido de negar provimento ao presente agravo regimental, mantendo-se incólume decisão interlocutória ora recorrida.

É como voto.

Recife, 23/07/2013.

Des. José Ivo de Paula Guimarães - relator